

Renda é recorde em 2023 com mais emprego e Bolsa Família

Renda atinge recorde com emprego em alta e Bolsa Família ampliado

Programa social chega a 19% dos domicílios do país em 2023, maior índice da série histórica, aponta o IBGE

Leonardo Villeci

RIO DE JANEIRO A renda média domiciliar per capita (por pessoa) subiu a R\$ 1.848 por mês no Brasil em 2023. É o maior patamar de uma série histórica iniciada em 2012, apontam dados divulgados nesta sexta (19) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em relação a 2022 (R\$ 1.658), o rendimento teve alta de 11,5%. O recorde anterior da série havia sido alcançado em 2019 (R\$ 1.744), antes da pandemia de Covid-19.

Os dados, ajustados pela inflação, integram a Prad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua: Rendimento de Todas as Fontes 2023).

O levantamento vai além do mercado de trabalho e também traz informações de recursos obtidos pela população por meio de iniciativas como aposentadorias, pensões, programas sociais e aluguel.

O ano de 2023 marcou o início do governo Lula (PT). Segundo o último Geconômico Fontes, analista da pesquisa do IBGE, um dos fatores por trás do recorde da renda per capita foi o aquecimento do mercado de trabalho, com mais pessoas ocupadas e aumento de salários.

Outras fontes também contribuíram para o avanço do indicador, incluindo aluguel e programas sociais como o Bolsa Família, diz o pesquisador. "Além do crescimento do benefício médio desse programa, houve expansão do percentual de domicílios beneficiados".

Conforme o IBGE, as transferências de renda do Bolsa Família, substituído do Auxílio Brasil, chegaram a 19% dos domicílios do país em 2023 — quase 1 em cada 5 lares. É o maior percentual da série histórica iniciada em 2012.

Em termos absolutos, o resultado significa que 14,7 milhões de domicílios, de um total de 77,7 milhões de endereços, tinham beneficiários desse rendimento em 2023.

O IBGE destacou que o Bolsa Família manteve a quantidade mínima de R\$ 600 em 2023, com

a inclusão de novos beneficiários de acordo com a composição familiar. Isso aumentou o valor médio dos repasses.

Conforme o instituto, o percentual de domicílios com recebimento do Auxílio Brasil havia sido de 16,9% em 2022. Ou seja, 2,1 pontos percentuais abaixo do patamar atendido pelo programa reformulado em 2023.

Fontes aponta que, além do Bolsa Família, o ganho real do salário mínimo também pode explicar o comportamento da renda per capita. Nesse sentido, o pesquisador lembra que o salário mínimo influenciou a renda e o rendimento do trabalho. Também impacta aposentadorias, pensões e benefícios como o BPC/Loas — pago a pessoas com deficiência e de baixa renda.

Segundo o IBGE, as transferências contribuíram para elevar a renda de camadas mais pobres da população, impedindo um aumento da desigualdade. Isso pode ser ilustrado pelo índice de Gini.

A desigualdade de renda medida pelo indicador permaneceu em 2023 no menor nível da série iniciada em 2012 no Brasil, apontou o instituto.

O Gini ficou em 0,518 no ano passado, o primeiro do governo Lula. Assim, repetiu o patamar mínimo da série, que já havia sido registrado em 2022 (0,518), ainda no mandato de Jair Bolsonaro (PL).

O índice de Gini varia de zero (igualdade máxima) a um (desigualdade máxima). Quanto menor o resultado, mais baixa é a disparidade entre os extremos da população.

No ano passado, a renda média per capita avançou nos cinco grandes regiões do país. O Sudeste registrou o maior valor (R\$ 2.272), o Nordeste, o menor (R\$ 1.146).

No recorde das unidades da Federação, o Distrito Federal aparece no topo do ranking. O rendimento per capita local foi de R\$ 2.215, seguido pelos resultados de São Paulo (R\$ 2.414), Rio (R\$ 2.305), Rio Grande do Sul (R\$ 2.255) e Santa Catarina (R\$ 2.224).

O Maranhão, por outro lado, registrou a menor renda per capita do país — a única abaixo de R\$ 1.000. O valor local foi de R\$ 959. Acre (R\$ 1.274), Pernambuco (R\$ 1.599), Alagoas (R\$ 1.102) e Bahia (R\$ 1.129) vêm na sequência.

No Brasil, o rendimento de todos os trabalhos respondeu por 74,2% da composição da renda média domiciliar per capita em 2023. É a maior participação entre as fontes investigadas pela pesquisa, embora tenha ficado levemente abaixo da registrada em 2022 (74,5%).

Já as aposentadorias e pensões responderam por 17,5% da composição da renda per capita no ano passado, também abaixo de 2022 (18,1%).

Enquanto isso, a categoria de outros rendimentos, que inclui os programas sociais, ganhou participação. Esse grupo respondeu por 8,2% da composição da renda em 2023, acima dos 4,6% do ano anterior.

Segundo as análises do IBGE, as transferências de benefícios como o Bolsa Família funcionaram como uma espécie de contrapeso à elevação mais intensa da renda do trabalho verificada entre os mais ricos.

Na passagem de 2022 para 2023, enquanto o rendimento

mensal de diferentes fontes, em R\$, atingiu 1.848 em 2023, o índice de Gini, de 0 (por igualdade) a 1 (desigualdade máxima), caiu para 0,518 em 2023.

Considera o rendimento domiciliar per capita (por pessoa) de diferentes fontes

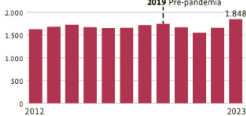
Domicílios com Bolsa Família ou Auxílio Brasil avançam em 2023

Renda dos 5% mais pobres sobe 38,5% em 2023; parcela 1% mais rica tem aumento de 13,2%

Diferença de renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres

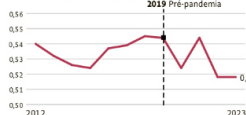
Renda domiciliar per capita bate recorde no Brasil

Rendimento mensal de diferentes fontes, em R\$



Desigualdade segue no menor nível da série no Brasil

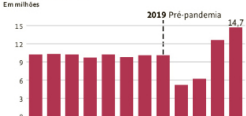
Índice de Gini, de 0 (por igualdade) a 1 (desigualdade máxima)



* Considera o rendimento domiciliar per capita (por pessoa) de diferentes fontes

Domicílios com Bolsa Família ou Auxílio Brasil avançam em 2023

Em milhões



Renda dos 5% mais pobres sobe 38,5% em 2023; parcela 1% mais rica tem aumento de 13,2%

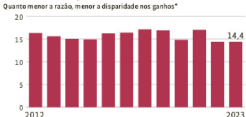
Rendimento per capita mensal, em R\$



* Inclui diferentes fontes

Diferença de renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres

Quanto menor a razão, menor a disparidade nos ganhos*



* Abrange rendimento per capita mensal de diferentes fontes

Fonte: IBGE

to médio do trabalho cresceu 10,4% entre os 10% do topo da distribuição, a alta foi menor, de 3,8%, entre os 10% mais pobres. A elevação na média geral foi de 7,2%.

"Tive um efeito que contrabalançou isso, dos rendimentos de programas sociais, particularmente o Bolsa Família. Foi um efeito contrário, beneficiando sobretudo os domicílios de menor renda", afirma Fontes.

Na região Nordeste, o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita recuou de 0,517 em 2022 para 0,509 em 2023. O patamar mais recente é o menor da série local.

Mesmo com a redução, a desigualdade registrada no Nordeste ainda é a maior do país. A região agora é seguida de perto pelo Sudeste, onde o Gini subiu de 0,525 para 0,528. O Sul teve novamente o menor índice — o indicador local recuou de 0,498 para 0,484 em 2023.

"Entre 2022 e 2023, a desigualdade medida pelo Gini apresentou maiores variações nas regiões Norte (de 0,509 para 0,500) e Nordeste (de 0,517 para 0,509), ambas apresentando queda desse indicador", diz o IBGE.

Resulta-se que essas duas regiões possuem as maiores proporções de domicílios beneficiados pelo programa Bolsa Família, e essa melhoria na distribuição de renda pode ter sido favorecida pelo aumento do valor do benefício médio e pela ampliação da população abrangida pelo programa", acrescenta o órgão.

Os avanços do Gini no Sudeste (de 0,505 para 0,508) e no Centro-Oeste (de 0,492 para 0,498) refletem, em parte, o aumento da desigualdade do rendimento do trabalho, segundo o IBGE.

À pesquisa também traz dados a respeito do BPC/Loas, benefício pago a pessoas com deficiência de baixa renda. De 2022 para 2023, o percentual de domicílios alcançados por esse programa subiu de 3,7% para 4,2%, outro recorde da Prad. Já a proporção de lares com outros benefícios sociais variou de 1,5% em 2022 para 1,4% em 2023.

Entre os 5% mais pobres, o rendimento médio mensal per capita subiu de R\$ 91 em 2022 para R\$ 126 em 2023, o maior valor da série histórica, iniciada em 2012. O crescimento foi de 38,5% na passagem dos dois últimos anos.

Enquanto isso, no outro extremo da distribuição, a renda média mensal por pessoa aumentou 13,2% para a carnuda 1% mais rica. O indicador avançou de cerca de R\$ 18,3 mil em 2022 para quase R\$ 20,7 mil em 2023. O recorde da série desse grupo foi verificado em 2019 (R\$ 21,6 mil), no pré-pandemia.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Pagina: 3